

Qual sacrifício?

ODED GRAJEW

Se perguntarmos a uma pessoa que padecer de doença grave o que ela mais deseja, provavelmente ela dirá: ser curada. Se perguntarmos a empresários, trabalhadores, profissionais liberais, donas de casa, etc. o que mais desejam para o País, responderão: menos inflação, mais salário, mais desenvolvimento econômico, menos intervenção do governo e assim por diante.

Agora, suponhamos que perguntarmos à população se ela aceitaria fazer sacrifícios para chegar a esse país que queremos. Indubitavelmente, a maioria responderá afirmativamente. Portanto, não causa nenhuma surpresa que 84% dos entrevistados tenham dito, em pesquisa promovida por uma conservadora entidade de industriais, que aceitam sacrificar-se se o objetivo é minorar a crise nacional.

No entanto, há uma profunda diferença entre sacrifícios e sacrifícios. Se um respeitado médico diz ao seu paciente que é preciso padecer com a quimioterapia para curar o câncer, esse paciente dirá que aceita o sacrifício. Ele confia em que esse preço, embora alto, seja necessário para se curar.

Perguntemos agora aos trabalhadores se eles concordam em continuar sacrificando seus salários em nome de uma futura melhora geral. Indaguemos aos empresários se aceitariam um maior sacrifício tributário para diminuir o déficit público. Instemos as donas de casa a cortar uma refeição diária da família, acenando com uma mesa farta no futuro. Conclamemos o milhão de desempregados de São Paulo a viver de furtos e biscoites por mais alguns meses.

Quem acredita no médico para sujeitar-se a tamanhos sacrifícios? O problema é que a crise de credibilidade no governo



atingiu tamanha proporção que é no mínimo ingênuo sair por aí perguntando se as pessoas estariam dispostas a fazer novos sacrifícios.

A prioridade das instituições sérias e responsáveis da sociedade civil neste momento deve ser: passar da palavra à ação. Não adianta propor que o governo aproveite o resultado de uma pesquisa e chame um novo entendimento nacional. Acabou no Brasil essa história de pedir remédios a quem, sem credibilidade, gerencia um Estado quebrado.

As entidades sérias e responsáveis de empresários, trabalhadores, donas de casa, profissio-

nais liberais, religiosos também não podem esperar que o milagre saia do Congresso Nacional. O fórum de negociação lá instalado infelizmente acabou se transformando num mero espaço de debates sobre problemas emergenciais.

Resta-nos o caminho de incentivar a criação do maior número possível de fóruns nas comunidades, para soluções negociadas de problemas agravados pela recessão econômica. Minorar o desemprego, baratear a alimentação, estabilizar as tarifas de transporte são três prioridades que fóruns municipais de negociação podem perfeitamente analisar e resolver.

Questões que fujam do âmbito municipal, mas sejam de competência dos Estados, devem ser tratadas nessa esfera. É o caso do promissor Fórum Paulista de Desenvolvimento, que abriu uma grande oportunidade para a sociedade civil melhorar as condições de saúde, educação e elevar a qualidade de vida no Estado de São Paulo.

Talvez, se esses fóruns municipais e estaduais proliferarem, possamos ter um dia a necessidade, concretizada de baixo para cima, de formalizar um fórum nacional, verdadeiramente democrático, que negocie e execute as políticas do Brasil que queremos.

□ *Oded Grajew, empresário, é coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).*